

VII CONGRESSO INTERNO DA FIOCRUZ

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | PRESIDÊNCIA | FIOCRUZ



VALORES e aprendizados



Paulo Gadelha

O grande significado da primeira etapa do 7º Congresso Interno foi a construção e a deliberação da Carta Política, num momento muito importante para o país. Nesta hora em que claramente se colocam projetos de natureza muito distinta no processo eleitoral nacional, a Carta Política sintetiza os valores centrais, as análises mais significativas dos contextos nacional e internacional e a definição do lugar e do protagonismo que a Fiocruz pretende continuar exercendo.

Essa Carta passa a ser um instrumento central de relacionamento com os diversos agentes, seja da sociedade civil, seja na área dos agentes públicos. É também uma referência central para o próprio conjunto de trabalhadores da Fiocruz, facilitando a tradução desse posicionamento em relação aos processos de planejamento, nos diversos eixos estratégicos em que a instituição trabalha.

O Congresso Interno representa uma série de ganhos intangíveis, resultado da mobilização do conjunto de trabalhadores entorno de pensar o desenvolvimento estratégico da instituição. Ganhos nas discussões e na percepção não só setorial, mas do conjunto da Fiocruz por todos aqueles que se envolvem nesse processo. O Congresso Interno é um dos elementos fundamentais para construir a coesão e a adesão ao projeto coletivo de uma instituição muito diversa.

Um dos grandes méritos deste Congresso foi ter conseguido começar a trabalhar não só com as dimensões plurianuais, de quatro anos, mas com as de longo prazo. Incorporamos as questões de prospecção, que temos trabalhado de maneira intensa e permanente na instituição. Estamos alinhando essas visões e pensamentos estratégicos com instrumentos cada vez mais aprimorados no campo do planejamento, como é o caso do mapa, e nos eixos estratégicos centrais.

Tivemos também um aprendizado. A intenção inicial de concluir essa etapa plenamente não foi possível, dada a extensão do material gerado, que é riquíssimo. Nada disso significa um impedimento de conclusão do processo. A nossa capacidade de encontrar outros caminhos indicou a extensão da plenária numa nova fase, entre 1º e 5 de dezembro. Vamos chegar lá para deliberar um conjunto de temas que não foi possível ser tratado na primeira fase.

O que que isso nos coloca como desafio? Nós vamos ter que avançar nesse aprendizado. Temos que construir um relatório mais amigável do ponto de vista de sua capacidade de deliberação, que fique pronto um mês antes da realização da plenária. Essa construção pressupõe um processo muito participativo, com envolvimento da Relatoria, da Comissão Organizadora, do Conselho Deliberativo e, provavelmente, dos relatores que participaram dos grupos de trabalho.

Para as próximas edições do Congresso Interno, precisamos aprimorar nosso processo de interação para chegar à plenária com um documento mais sintético, com mais sentido de diretrizes e rebatimento na área do planejamento, que seja plenamente conhecido com antecedência. Isso facilita a familiarização dos delegados com os conteúdos e a escolha dos roteiros de decisão. Assim, teremos a capacidade de, com tranquilidade, concluirmos as deliberações de forma madura e avançar nos processos de aprendizado e aprimoramento.



VII CONGRESSO INTERNO DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Conhecimento e inovação para a saúde, o desenvolvimento e a cidadania

... Carta Política ...

A Fiocruz e os desafios do SUS:
a saúde como direito humano
e fator decisivo para a inclusão
social e para o desenvolvimento

O VII Congresso Interno da Fundação Oswaldo Cruz reafirma seu compromisso com a promoção da saúde pública como direito humano inalienável, com o avanço do conhecimento científico e tecnológico a serviço da população, com a nossa compreensão da saúde como elemento central para o desenvolvimento sustentável e para a reafirmação da soberania nacional.

A Fiocruz entende que, para o enfrentamento dos determinantes econômicos e sociais que condicionam as condições de vida e de cidadania da população e do país, é fundamental entender a saúde como um fator estruturante e importante articulador entre políticas sociais, avanço do conhecimento científico associado às políticas industrial, tecnológica e de inovação, possibilitando aliar crescimento econômico, equidade e inclusão social. A atividade do setor saúde responde hoje por 8,4% do PIB, 10% dos postos de trabalho formais qualificados e por 12 milhões de trabalhadores diretos e indiretos. O campo da saúde traz novos desafios para o desenvolvimento científico e tecnológico com a exigência de permanente atualização da agenda institucional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A Fiocruz considera imperativo, a partir da reafirmação do seu compro-

misso institucional, contribuir com o debate nacional e internacional sobre a necessidade de constituição de sistemas universais de saúde e de políticas de inclusão social como essenciais para a defesa da vida em todas as suas dimensões. Esse imperativo ganha especial sentido neste momento em que os cidadãos e cidadãs se preparam para as eleições democráticas nos estados e no plano nacional, e com a expectativa da realização da 15ª Conferência Nacional de Saúde no próximo ano. Buscamos manifestar através desta carta preocupações, reflexões e propostas, diante dos desafios e impasses pelos quais passa o Sistema Único de Saúde, uma das mais importantes conquistas do povo brasileiro.

A defesa do SUS torna-se decisiva frente a uma conjuntura internacional adversa, com elementos de desaceleração do crescimento econômico, em que opções políticas, em diversos países, sobrepõem a lógica dos mercados e da adoção de medidas neoliberais contrárias ao interesse público, promovendo a desconstrução do Estado de bem estar social e comprometendo a qualidade de vida das populações.



Assim sendo, o VII Congresso Interno da Fiocruz expõe aqui seus posicionamentos:

1) É cada vez mais evidente que a luta do povo brasileiro pela saúde como direito humano e social recoloca o desafio de enfrentarmos os determinantes sociais da saúde na sua plenitude, por intermédio de políticas que assegurem a soberania nacional e a redução das desigualdades. Esta agenda passa pelo pleno emprego e pela regulação do trabalho e inclui, entre outros tópicos, a igualdade de gênero e a abolição de todas as formas de discriminação. Ressalta-se a necessidade de mais investimentos em habitação, saneamento e transporte público; da garantia de padrões sustentáveis para o desenvolvimento nacional; e do acesso universal a serviços de qualidade nas áreas de saúde, alimentação, educação, previdência e assistência social.

2) A saúde é um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado. O SUS deve ser garantido, com financiamento público adequado para assegurar a universalidade e a integralidade da atenção, bem como toda a complexidade das ações e técnicas a serem empregadas para viabilizar o direito à saúde - desde os procedimentos de prevenção e atenção básica, até aqueles mais especializados. Entretanto, o desempenho do SUS tem sido afetado por grave desfinanciamento, comprometendo o integral exercício da sua missão. A Fiocruz entende que a sustentabilidade do SUS depende da ampliação dos recursos destinados à saúde, com a aprovação de projetos de iniciativa popular e outros que ampliem os orçamentos e as fontes de financiamento do setor. Também depende do fim da desvinculação das receitas da União para o orçamento da Seguridade Social. Faz-se necessária a diminuição progressiva de subsídios e isenções para o setor privado de saúde, visando garantir o financiamento adequado ao SUS.

3) A saúde da população brasileira sofre o impacto da transição demográfica, caracterizada por um processo de aumento da longevidade e ampliação da expectativa de vida, mobilidade geográfica e novos arranjos territoriais, gerando novas necessidades de atenção aos portadores de doenças crônico-degenerativas por intermédio de geração de conhecimento e adoção de novas tecnologias assistenciais e modelos de atenção. Ao mesmo tempo, a persistência e a importância epidemiológica e social de doenças infecciosas e o surgimento de outras, emergentes e reemergentes, conformam um quadro complexo que exige uma abordagem diferenciada por parte de diversas políticas sociais e econômicas que têm impacto sobre a saúde. Diante de tal quadro, é fundamental reafirmarmos a saúde como espaço de intervenção intersetorial, principalmente no âmbito da seguridade social, mas também das políticas de habitação, saneamento, justiça, trabalho e educação pública.

4) Convivemos com a permanência de incapacidades e mortes por causas externa, com destaque para os acidentes de trânsito e a violência que atinge as camadas mais jovens da sociedade; com a violência de gênero e também contra crianças, adolescentes e idosos; com a discriminação racial; com as taxas intoleráveis de homicídios equivalentes às de conflitos bélicos; e com a violência policial indiscriminada, principalmente contra os mais pobres. Uma realidade que o Estado e a sociedade estão desafiados a enfrentar e mudar radicalmente se quisermos alcançar uma verdadeira situação de justiça social e de desenvolvimento sustentável. Soma-se a essas a questão das drogas, que deve ser tratada como um problema de saúde pública e não com a atual predominância de ações repressivas - outro tema desafiador para a produção de conhecimentos interdisciplinares capazes de fundamentar a elaboração e a implementação de políticas públicas nas áreas de justiça, educação e assistência social.

5) A agenda mundial pós 2015 com a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável terá que expressar as decisões da Conferência Rio + 20 e da Cúpula dos Povos, e poderá servir para a mobilização em torno do enfrentamento dos Determinantes Sociais da Saúde e dos grandes desafios da sustentabilidade do planeta. Destacam-se nesse quadro a mudança climática e de biomas, a biodiversidade, bem como a saúde humana, animal e dos ecossistemas. Ao lado da implementação de adequadas políticas de saneamento em larga escala, a redução dos impactos dos grandes empreendimentos, em especial o controle e regulação rigorosos da produção, comercialização e uso de agrotóxicos que colocam em risco o ambiente e as populações, além da proteção e da atenção à saúde dos trabalhadores, integram esta agenda fundamental para a sustentabilidade.

6) A Fiocruz entende a geração de conhecimento científico como fundamento e eixo transversal às suas diversas áreas de atuação. Este campo orienta-se pela integralidade, seguindo os princípios éticos na pesquisa com seres humanos assim como na experimentação animal.

7) A reorientação dos modelos de formação e educação permanente voltados para os trabalhadores do SUS tem contado com decisivo apoio da Fiocruz. Considera-se também imprescindível a adequação da formação em saúde às necessidades do SUS, à produção de práticas humanizadas de atenção e à consolidação da integralidade nas redes de atenção, respeitando os princípios fundamentais dos modelos de assistência preconizados para o SUS.

8) A comunicação, a informação e o acesso aberto ao conhecimento científico são entendidos acima de tudo como um direito humano e como fatores estruturantes para o desenvolvimento institucional e para as relações da Fiocruz com a sociedade. Constituem-se como um dos fundamentos para a pesquisa, a prestação de serviços, o ensino, o planejamento e a gestão interna. Simultaneamente, a comunicação, a informação e a difusão científica estabelecem formas e meios pelos quais os temas de C&T e de saúde podem ser compartilhados com o cidadão, numa visão dialógica, na qual a sociedade deve ser vista como participante ativa e não como mera receptora dos processos de comunicação, de informação e de popularização da ciência.

9) Instituição estratégica de Estado, a Fiocruz reafirma o seu compromisso em participar ativamente da estruturação de políticas de diplomacia em saúde e de cooperação internacional, em apoio ao Ministério da Saúde e em cumprimento às diretrizes do Governo brasileiro, priorizando especialmente as relações Sul-Sul, com os países da América Latina e africanos, sem negligenciar a colaboração e o intercâmbio com organismos internacionais e importantes instituições de saúde de diferentes países, fiel sempre ao princípio da solidariedade entre os povos.

10) A presença marcante dos movimentos sociais e das manifestações populares traz para a cena política a realidade de uma sociedade em transformação, na qual milhões de pessoas saíram da miséria, tiveram acesso a certos bens e direitos antes inalcançáveis, que hoje fazem parte do seu cotidiano. Agora, reivindicam o avanço desses direitos: saúde e educação de qualidade, mais emprego e melhores salários, acesso à moradia e à terra, transporte público eficiente e barato, participação ativa nas decisões sobre os gastos públicos e na vida política nacional. Do ponto de vista da saúde, sabemos que os impasses e desafios do SUS e da saúde pública brasileira, longe de estarem circunscritos ao setor, requerem uma ampla e profunda reforma do Estado e do sistema político, com reformas na legislação, na Justiça, nos orçamentos, com o fortalecimento da democracia através do controle social, com a adoção do financiamento público das campanhas eleitorais e a utilização de mecanismos de democracia participativa, como plebiscitos e projetos de iniciativa popular para tomada de decisões sobre políticas sociais.

11) A Fiocruz apoia firmemente a adoção de normas, legislações e medidas governamentais, que tornem mais flexíveis, modernas e eficazes as ações do Estado na gestão da Ciência, Tecnologia e Inovação. Elas são cruciais para que sejamos capazes de assegurar e ampliar o acesso da população a insumos de saúde e de promover efetivamente a inovação e uma política industrial nacional democrática, reduzindo a dependência da importação de medicamentos, equipamentos médicos, kits diagnósticos e insumos e afirmando a soberania nacional numa área absolutamente estratégica para o país.

12) O incentivo institucional para o desenvolvimento tecnológico exige o compromisso da Fiocruz com a implementação de infraestrutura adequada, com uma mudança de cultura, bem como com a adoção de novos processos de trabalho, modelos organizacionais e mecanismos de avaliação e planejamento que aperfeiçoem a gestão da inovação. Ao mesmo tempo, o compromisso de fortalecer e ampliar seu modelo de governança democrática e participativa. Em especial, faz-se necessário aproximar as atividades de ensino, pesquisa e produção, consolidar o projeto de presença nacional da instituição visando a redução das desigualdades regionais e consolidar programas voltados para as atividades estratégicas.

13) A Fiocruz assume o compromisso do aprimoramento constante do modelo de gestão democrático e participativo, a partir do entendimento de que este é um dos pilares centrais da sustentação do projeto de compromisso social e de eficiência que vem sendo construído no processo de consolidação institucional de forma transparente e sólida conforme explicitado em sua missão institucional.



Nova plenária votará Documento de Referência

Delegados aprovam Carta Política e decidem por encontro em dezembro

Conhecimento e inovação para a saúde, desenvolvimento e cidadania. Este foi o tema escolhido para a sétima edição do Congresso Interno, que realizou sua primeira etapa entre 19 e 22 de agosto na sede da Fundação Oswaldo Cruz, no *Campus* Manguinhos, no Rio de Janeiro. A cerimônia de abertura teve a presença do ministro da Saúde, Arthur Chioro, que discursou sobre os desafios da área e destacou o compromisso da Fiocruz com o desenvolvimento e a gestão democrática e participativa.

“A Fiocruz mostrou, ao longo da sua trajetória, que uma instituição complexa e abrangente pode se envolver em diferentes processos participativos, nos quais o conjunto de dirigentes e de trabalhadores que a compõem se compromete com as discussões dos rumos de curto, médio e longo prazo de todas as instituições do país”, afirmou o ministro. Também participaram da abertura o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Carlos Gadelha; e o secretário de saúde do Estado do Rio de Janeiro, Marcos Musafir.

Resultados

Na plenária ordinária de abertura, os delegados eleitos decidiram retirar da pauta a discussão sobre mudanças no Estatuto Fiocruz. Outra decisão importante foi a aprovação, por maioria, da realização de uma plenária extraordinária, em 2015, para discutir temas pendentes do 6º Congresso Interno.

Ao longo dos quatro dias de trabalhos em grupo, foi debatido a Carta Política, já aprovada, e o Documento de Referência, que será deliberado e votado na primeira semana de dezembro na segunda etapa da plenária ordinária. Também foi aprovada uma moção de reafirmação do compromisso institucional pela busca da equidade de gênero e raça no ambiente de trabalho.

Foram realizados dois seminários preparatórios para o 7º Congresso Interno. Os encontros buscaram aprofundar a discussão do Documento de Referência entre os trabalhadores e também ter uma avaliação externa da proposta. O texto foi organizado em cinco eixos estruturantes do mapa estratégico: *Atenção, vigilância e formação para o SUS; C&T, saúde e sociedade; Complexo produtivo e de inovação em saúde; Saúde, ambiente e sustentabilidade; e Saúde, Estado e cooperação internacional.*

No primeiro seminário, realizado em 23/7 na Tenda da Ciência, no *Campus* Manguinhos, a força de trabalho da Fiocruz debateu a versão inicial do Documento de Referência a partir de apresentação do coordenador da Comissão

Organizadora e vice-presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional, Pedro Barbosa. Participaram da mesa a vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz (Asfoc-SN), Justa Helena; e, como debatedores, a diretora da Asfoc Luciana Pereira Lindenmeyer e o pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), Antonio Ivo.

Visão externa

Já o encontro de 1/8, que aconteceu no auditório do Museu da Vida, teve a participação de dois convidados: os presidentes do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Maria do Socorro de Souza, e da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Luis Eugenio Souza. O presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, destacou a importância do olhar externo. “Queremos ouvir de vocês com toda a franqueza quais as expectativas e críticas em relação a esta instituição”, disse.

Maria do Socorro pontuou cada eixo do documento. Para ela, a missão da Fundação está muito bem definida, mas a diversidade da instituição, que abriga áreas de atuação de pesquisa e ensino, escolas e redes de serviços, entre outras atividades, é um enorme desafio. “Todos conhecem o Castelinho, mas a imagem da Fundação não é nítida para a sociedade de forma geral”, afirmou. Para Socorro, a instituição precisa avançar no diálogo com a sociedade.

“A Fiocruz é parceira do controle social, mas não se põe como objeto desse controle”, disse a presidente do CNS. “As instituições públicas que se propõem a discutir um projeto de país, como a Fiocruz, têm que dialogar mais com a sociedade”, afirmou. A necessidade de pensar o desenvolvimento para o interior do país, o grau de incorporação das pessoas em programas como o de Aids, saúde bucal e imunização foram alguns dos temas tratados durante a discussão.

Todo o histórico de discussões, notícias, votações, agendas e documentos do Congresso Interno estão no site

<http://congressointerno.fiocruz.br/>

Reformulada este ano pela Coordenadoria de Comunicação Social da Presidência, a página foi desenvolvida com a mesma ferramenta usada pelo Portal Fiocruz e substituiu a primeira criada com esta finalidade para o VI Congresso Interno. Acesse!